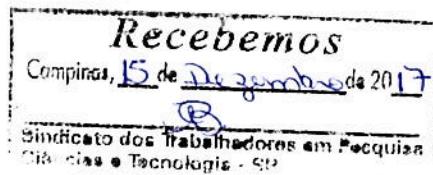


PROTOCOLO DE ENTREGA DE CONTRAPROPOSTA A PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

EMPRESA: CARGILL ALIMENTOS LTDA

SINDICATO: SINTPq Campinas

Em ____ / ____ / ____ recebemos a contraproposta da pauta de reivindicações para renovação de Acordo Coletivo - período de 01/11/2017 à 31/10/2018




Aline Camila Brancalhão Lima
Secretaria de Administração e Finanças
CPF: 369.866.286-0

CONTRAPROPOSTA DA CARGILL A PAUTA ENVIADA PELO SINTPq

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de novembro de 2017 a 31 de outubro de 2018 e a data-base da categoria em 01º de novembro.

CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Dos Trabalhadores em Atividades (Diretas e Indiretas) de Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia**, com abrangência territorial em Americana/SP, Amparo/SP, Araras/SP, Artur Nogueira/SP, Atibaia/SP, Bragança Paulista/SP, Campinas/SP, Casa Branca/SP, Cosmópolis/SP, Espírito Santo do Pinhal/SP, Indaiatuba/SP, Itapira/SP, Itatiba/SP, Jaguariúna/SP, Jundiaí/SP, Leme/SP, Limeira/SP, Mococa/SP, Mogi Guaçu/SP, Moji Mirim/SP, Monte Mor/SP, Nova Odessa/SP, Paulínia/SP, Pedreira/SP, Piracicaba/SP, Pirassununga/SP, Rio Claro/SP, Santa Bárbara D'oeste/SP, Santo Antônio de Posse/SP, São João da Boa Vista/SP, São José do Rio Pardo/SP, São Paulo/SP, Sumaré/SP, Valinhos/SP e Vinhedo/SP.

Salários, Reajustes e Pagamento Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

A CARGILL praticará o valor de R\$ 1.300,00 (Um mil e trezentos reais) a título de piso salarial.

Proposta da empresa – Reajuste de 5% sob o valor atual, ou seja R\$ 1.231,85

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos empregados da CARGILL em efetivo exercício em 31/10/2017, serão reajustados a partir de 01/11/2017 pelo índice IPCA medido no período de 01/11/2016 a 31/10/2017.

Parágrafo Único – Após a recomposição prevista no caput, os salários serão aumentados em 3%.

Proposta da empresa – Reajuste de 100% do INPC do período, ou seja 1,83%

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - ADIANTAMENTO DE SALÁRIOS (VALE)

A CARGILL concederá adiantamento salarial a seus empregados até o dia 20 de cada mês, em quantia não inferior a 40% (quarenta por cento) do salário nominal mensal.

OK – De acordo

Descontos Salariais

CLÁUSULA SEXTA - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO

A empresa poderá descontar dos salários dos seus empregados, consoante o art. 462 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), além do permitido por Lei, também seguros de vida em grupo, alimentação, convênios, planos ou convênios médico-odontológicos, transporte, empréstimos pessoais, contribuições às associações e outras agremiações, e demais benefícios concedidos, quando os respectivos descontos forem autorizados por escrito pelos próprios empregados.

OK – De acordo

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA SÉTIMA - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias serão remuneradas na forma abaixo:

- Com acréscimo de 70% (setenta por cento) em relação à hora normal, quando prestadas de segunda-feira à sábado;
- Com acréscimo de 100% (cem por cento) em relação à hora normal, quando prestadas em dias destinados ao repouso semanal remunerado e feriados.

OK – De acordo

Outros Adicionais

CLÁUSULA OITAVA - BENEFÍCIOS

Os benefícios subsidiados e oferecidos aos empregados, tais como, assistência médica/odontológica e seguro de vida em grupo, por força deste acordo, legislação ou por iniciativa da empresa, não constituem em salário "in natura" para quaisquer efeitos.

Parágrafo Único - O auxílio alimentação fornecido pela empresa seja na forma de ticket ou vale, não terá caráter salarial, e sempre será considerado como verba indenizatória. A habitação, o automóvel ou similares e o telefone concedidos pela empresa aos seus empregados, sempre que feitos de forma a facilitar o trabalho, e ainda que utilizados para fins particulares não serão considerados para qualquer efeito legal.

OK – De acordo

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA NONA - VALE ALIMENTAÇÃO

A **CARGILL** fornecerá aos seus empregados mensalmente vale alimentação no valor de R\$ 200,00 (Duzentos reais), admitindo-se uma coparticipação dos trabalhadores no custo, descontado em folha de pagamento, no valor mensal máximo de até R\$ 1,00, nos termos das normas legais do PAT.

Proposta da empresa – Reajuste de 5%, ou seja R\$ 144,90

Auxílio Creche

CLÁUSULA DÉCIMA - AUXÍLIO CRECHE

A **CARGILL** manterá a concessão do benefício auxílio-creche, a todos os seus empregados, no valor mensal de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais), até que o filho complete 24 (vinte e quatro) meses de idade.

Parágrafo Primeiro - Dado seu caráter substitutivo dos preceitos legais bem como por ser meramente liberal e não remuneratório, o valor do reembolso creche não integrará a remuneração para quaisquer efeitos;

Parágrafo Segundo - Em caso de parto múltiplo, o reembolso será devido em relação a cada filho, individualmente.

Proposta da empresa –

As partes, com objetivo de propiciar a melhor utilização dos recursos despendidos no amparo à maternidade e à infância, estabelecem:

a) Adoção do sistema de reembolso creche de acordo com a portaria MTb no. 3296, de 03/09/86, com a nova redação prevista na portaria MTb no. 670, de 20/08/97 e parecer MTb 196/86, aprovado em 16/07/87;

b) Auxílio creche, no valor mensal de 25% (vinte e cinco por cento) do piso salarial vigente no mês de competência do auxílio, independentemente de comprovação por parte dos empregados;

Parágrafo Primeiro Dado seu caráter substitutivo dos preceitos legais bem como por ser meramente liberal e não remuneratório, o valor do reembolso creche não integrará a remuneração para quaisquer efeitos;

Parágrafo Segundo O reembolso creche somente beneficiará as empregadas que estejam trabalhando efetivamente na empresa, independentemente de tempo de serviço, cessando o pagamento no mês em que o filho complete 18 (dezoito) meses de idade ou naquele em que cesse o contrato de trabalho.

Parágrafo Terceiro Em caso de parto múltiplo, o reembolso será devido em relação a cada filho, individualmente.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – AUXÍLIO MEDICAMENTO

A **CARGILL** implantará o benefício auxílio-medicamento no valor de 50% (cinquenta porcento) dos gastos com medicamentos, mediante apresentação de receita médica.

Empresa não concorda com a cláusula proposta – Proposta NEGADA

Férias e Licenças

Licença Maternidade

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - LICENÇA MATERNIDADE

A CARGILL concederá 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade.

Empresa não concorda com a cláusula proposta

Temos políticas próprias – Proposta NEGADA

Outras disposições sobre licenças e férias

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – LICENÇA PATERNIDADE

A CARGILL concederá 20 (vinte) dias de licença paternidade.

Empresa não concorda com a cláusula – Proposta NEGADA

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas Duração e Horário

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – HORÁRIO FLÉXIVEL

A jornada de trabalho dos empregados da CARGILL é de 40 (quarenta) horas semanais com jornada diária de 08 (oito) horas, sendo o horário flexível com entrada entre 07h30/08h30 e saída entre 16h30/17h30.

Parágrafo Único – O intervalo de almoço será de no mínimo 0h30min e o máximo de 1h30 de descanso.

Empresa não concorda com a cláusula proposta

Temos políticas próprias – Proposta NEGADA

Controle da Jornada

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO

A empresa adotará sistema eletrônico de controle de jornada de trabalho, nos termos do art.74, da CLT, e portaria GM/MTB no. 373/2011, podendo aplicar regime de registro de ponto por exceção, reconhecendo o empregado a jornada anotada, se não houver manifestação em contrário, no prazo de 5 dias úteis após o recebimento do respectivo pagamento pelo empregado.

Parágrafo Primeiro - O espaço de tempo registrado no cartão de ponto igual ou inferior a 10 (dez) minutos, imediatamente após o horário estipulado para inicio da jornada de trabalho, desde que cumulativamente não ultrapassar a 20 minutos semanais, não serão considerados como efetivamente não trabalhados e não trará prejuízo ao funcionário inclusive quanto ao Repouso Semanal Remunerado.

Parágrafo Segundo - Quando não houver necessidade do empregado deixar o recinto da empresa no horário destinado ao intervalo de uma hora para descanso e refeição, estará o mesmo dispensado do registro de ponto no início e término do referido intervalo, reconhecendo assim o gozo do referido intervalo.

Parágrafo Terceiro - Com a finalidade de manter a realização do pagamento dos salários dentro dos prazos legais, ou mesmo antes, quando for o caso, a empresa poderá efetuar o fechamento do cartão de ponto antes do final do mês, no entanto, a liquidação das horas extras praticadas ou o desconto das faltas ao serviço constatadas após o aludido fechamento e até o último dia do mês, deverão ser pagas ou descontadas, respectivamente, na folha de pagamento do mês seguinte calculadas com base no salário do mês a que se referir tal folha de pagamento.

OK – De acordo

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - COMPENSAÇÕES

Serão compensados do aumento previsto na cláusula "REAJUSTE SALARIAL", todos os aumentos, antecipações, abonos, espontâneos ou decorrentes de acordo coletivo, sentença normativa ou normas legais, exceto os decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, implemento de idade e término de aprendizagem.

OK – De acordo

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - BANCO DE HORAS

Compreende-se como hora extra de trabalho a ser integrada ao Banco de Horas aquela praticada além da jornada normal estipulada no contrato individual de trabalho do empregado.

Parágrafo Primeiro - A Cargill poderá compensar o excedente das horas trabalhadas na jornada em um dia com a diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, a soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias de trabalho.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de, ao final do período de vigência deste acordo, ou em caso de rescisão do contrato de trabalho, não tenha havido a compensação integral da jornada suplementar, as horas residuais serão pagas com o valor da hora normal, acrescidas dos respectivos adicionais de horas extras, calculadas com base no salário do último mês do período, ou da data da rescisão do contrato de trabalho.

Parágrafo Terceiro - Com o sistema de banco de horas teremos um controle de horas para crédito (quando o funcionário trabalha mais que o horário normal) e para débito (quando o funcionário trabalha menos do que o horário normal).

Parágrafo Quarto - As horas excedentes em um dia, limitadas a 2, poderão ser compensadas com a diminuição em outro dia, de maneira que não exceda no período máximo de um ano a soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias de trabalho.

Parágrafo Quinto - Fica estipulado um limite de 96 horas no Banco de Horas. As horas que ultrapassarem este limite, serão pagas automaticamente com os devidos adicionais previstos no Acordo Coletivo de Data Base vigente.

Parágrafo Sexto - As horas credoras pelo funcionário e não compensadas até o final da vigência do Banco de Horas serão totalmente pagas na folha de pagamento do mês imediato ao seu término, com os respectivos adicionais.

Parágrafo Sétimo - Caso o funcionário tenha saldo devedor por ocasião do término da vigência do Banco de Horas ou em caso de rescisão contratual este não será descontado.

Parágrafo Oitavo - Não serão lançadas no Banco de Horas, sendo pagas automaticamente com os respectivos adicionais, as horas extras realizadas em dias de folga (DSR), sábados, domingos e feriados oficiais.

Parágrafo Nono - Serão lançadas a débito as folgas concedidas pela empresa desde que informadas ao funcionário com antecedência, as folgas solicitadas pelos funcionários comunicadas com antecedência e com a concordância da chefia e eventuais atrasos.

OK – De acordo

Relações Sindicais Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SINDICALIZAÇÃO

Com objetivo de incrementar a sindicalização dos empregados a CARGILL colocará à disposição do SINDICATO, um dia por ano, local e meios para esse fim. A data será convencionada de comum acordo pelas partes e a atividade será desenvolvida no recinto da empresa, fora do ambiente de trabalho e produção, em local adequado e previamente acordado entre a empresa e o sindicato, nos períodos de descanso da jornada normal de trabalho.

OK – De acordo

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DESCONTOS PARA O SINDICATO

A CARGILL se compromete a descontar de todos os empregados, através da folha de pagamento, a favor do SINTPq, as mensalidades daqueles que forem associados, contribuições financeiras obrigatórias e outras aprovadas pela Assembleia Geral da categoria.

Parágrafo Primeiro – Os empregados, contrários a descontos aprovados em assembleias, poderão manifestar-se perante o Sindicato, com cópia para a CARGILL, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da data de divulgação da matéria no quadro de avisos do Sindicato na CARGILL, podendo essa divulgação ser pelo Sindicato ou pela CARGILL.

Parágrafo Segundo – Após a aprovação em Assembleia, o SINTPq assume o compromisso de dar a mais ampla divulgação das condições e valores dos descontos.

Parágrafo Terceiro – Os empregados em férias ou afastados do serviço poderão apresentar sua oposição no prazo de 10 (dez) dias contados de seu retorno ao trabalho.

Empresa não concorda com a cláusula proposta

Segue abaixo, sugestão de cláusula

CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS – A entidade sindical profissionais SINTPq, deve encaminhar diretamente a Cargill, através de ofício, as condições para o desconto e a expressa e previa autorização individual do empregado, observando-se a legislação vigente.

Parágrafo único: A empresa efetuará o desconto acima, como simples intermediárias não lhe cabendo nenhum ônus, por eventual reclamação judicial ou administrativa, assumindo desde já, a entidade dos trabalhadores SINTPq, a total responsabilidade pelos valores descontados em qualquer hipótese. Na eventualidade de reclamação trabalhista, autuação pela fiscalização do trabalho ou Ação Civil Pública, o Sindicato dos Trabalhadores SINTPq responderá regressivamente perante a empresa ou como litisconsortes passivos no processo judicial.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CADASTRO DE TRABALHADORES

Fica acordado que a empresa entregará na secretaria sindical do SINTPq até o dia 10 de janeiro do ano vigente uma relação contendo nome, data de admissão, função, salário e matrícula funcional de todos os trabalhadores. Mensalmente, até o dia 10 de cada mês a empresa encaminhará a relação dos trabalhadores admitidos no período de 1 a 30 do mês anterior.

Empresa não concorda com a cláusula – Proposta NEGADA

Disposições Gerais Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONCILIAÇÃO

As partes concordam em observar fiel e rigorosamente o presente Acordo, obrigando-se ainda a promover contatos recíprocos para garantir a correta interpretação, aplicação e observância das cláusulas e condições ora pactuadas, de forma a prevenir, sobrestar ou solucionar quaisquer conflitos delas resultantes.

OK – De acordo